

JUVENTUDES TRANSGRESSORAS, MEIOS ELETRÔNICOS E ESTÉTICA DA EXISTÊNCIA

RICARDO URQUIZAS CAMPELLO

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA

RESUMO

As reformulações estratégicas do governo sobre a vida de jovens transgressores no estado de São Paulo atravessaram percursos sangrentos chamando a atenção da sociedade civil e entidades não governamentais nacionais e internacionais. As rebeliões do final da década de 1990 e início da de 2000 escancararam questões de extrema urgência em um Estado democrático de direito. A crise sistêmica da FEBEM-SP culminou, em meados dos anos 2000, com a reforma das políticas de normalização e exclusão de jovens ditos infratores. Os métodos de monitoração, controle e apaziguamento de adolescentes “em conflito com a lei” foram redimensionados e a Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor se transmutou para Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente (Fundação CASA). Nesse processo, os meios eletrônicos institucionais configuraram instrumentos eficientes de construção de discursos e efetivação de exercícios de poder. Diante disso, as irrupções de rebeldias manifestadas a partir de singularidades não capturáveis constituem linhas de fuga expressivas compondo resistências inventivas.

Palavras-chave: *Jovem Infrator, Rebeldia, Controle.*

The strategic reformulations of the government of the young transgressors' lives in the State of São Paulo were marked by bloody paths, which called the attention of the national and international society and non Governmental entities. The rebellions of the late 1990 and early 2000 decades faced issues of extreme urgency in a democratic State. In the mid of the 2000 decade the systemic crisis of FEBEM-SP reached its upmost with the political reforms of the normalization and exclusion of the young called criminals. The methods used for monitoring, controlling and placating “the adolescents in conflict with the law” were revised and the State Foundation of the Youngsters Welfare (Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor) changed to Social Education Center for Adolescents (Fundação CASA). In this process, the institutional electronic means are effective instruments of enforcement of discourse and power. Therefore, the irruptions of rebellions that occurred due to non identified reasons represent a significant mental escape and inventive ways of resistance.

Key words: a juvenile law-breaker, rebellion, control

INTRODUÇÃO

As políticas de encarceramento e monitoração de jovens considerados infratores no estado de São Paulo passaram por grandes transformações ao longo dos últimos vinte anos. Da promulgação do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), no ano de 1990 até a transmutação da FEBEM-SP para Fundação CASA, em 2006, ocorreram crises, abalos e reformulações expressivas que atravessaram embates e mortes em conflitos abertos entre jovens e Estado.

O redimensionamento do controle exercido sobre meninos e meninas “em conflito com a lei”, através das novas práticas de “atendimento socioeducativo”, exige um exercício de olhar minucioso a fim de detectar as operações do Estado e das entidades ligadas à problemática de jovens infratores, que investem na domesticação e utilização de corpos e mentes juvenis.

Procuo desenvolver nesse artigo um estudo sobre esse percurso com especial atenção às irrupções de rebeldias no interior de uma instituição reformulada (Fundação CASA), com suas novas estratégias de dominação e assujeitamento.

Além disso investigo a influência que os meios eletrônicos exercem sobre os jovens atendidos pela Fundação e a construção de discursos e fabricação de verdades por meio de espaços eletrônicos institucionais.

No esforço de iniciar uma compreensão a respeito da composição de subjetividades resistentes às linhas de força articuladas pelo poder em fluxos, procurei analisar manifestações individuais rebeldes e inventivas diante das políticas normalizantes e apaziguadoras que lhes são infligidas.

DO ECA À FUNDAÇÃO CASA

A administração política exercida sobre jovens considerados infratores no Brasil, é juridicamente pautada pelas prerrogativas do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), instituído no dia 13 de julho de 1990. O documento se propôs a substituir um

modelo assistencial repressivo característico do antigo Código de Menores de 1979, que estabelecia mentalidade discriminatória e atuava como código penal para jovens e crianças.

Ao mencionar o Estatuto devemos considerar, antes de mais nada, que se trata de uma lei que visa garantir “a proteção integral à criança e ao adolescente” (artigo 1º) determinando que seja absolutamente assegurada a efetivação de seus direitos à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, à liberdade e à convivência familiar (artigo 4º).

A partir da promulgação do ECA, a Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (FEBEM-SP), principal instituição encarregada das funções de correção e internação de jovens “em conflito com a lei” no Estado de São Paulo, passou a ser responsabilidade da Secretaria do Menor, criada em 1987 e administrada pelos governos de Orestes Quércia e Antonio Fleury Filho, ambos do PMDB.

Anunciou-se uma campanha de atendimento não assistencialista a jovens ditos infratores no Estado de São Paulo dando preferência a medidas em meio aberto, caracterizadas pela Liberdade Assistida (L.A.) e prestação de serviços à comunidade.

Estava em andamento uma tentativa de adequação das práticas e das instituições ao ECA através de um processo de reforma do atendimento a meninos e meninas autores de atos infracionais.

Na análise das instituições prisionais apresentada por Michel Foucault em *Vigiar e Punir*, o autor expõe a necessidade da reforma, inerente ao próprio surgimento das prisões, para a realização de sua manutenção e a garantia de seu funcionamento.

A ‘reforma’ da prisão é mais ou menos contemporânea da própria prisão. Ela é como que seu programa. A prisão se encontrou, desde o início, engajada numa série de mecanismos de acompanhamento, que aparentemente devem corrigi-la mas que parecem fazer parte de seu próprio funcionamento. (...) Programas para assegurar o funcionamento da máquina-prisão” realizados por sociedades [oficiais ou não] sempre estiveram presentes em sua história (Foucault, 1997, pp. 197-198).

A perpetuação dos aparelhos encarceradores depende, segundo Foucault, de sua constante reformulação.

Em abril de 1992, o então governador Fleury Filho assinou o decreto que instituiu o plano de descentralização do “atendimento socioeducativo” ao adolescente infrator em regime de internação (Lazzari, M. C. 1999). O governo do Estado tomava como uma de suas metas a implantação de unidades modulares menores municipalizadas e segmentadas de acordo com idade, sexo e gravidade da infração.

Apesar do discurso descentralizador, unidades do interior do Estado foram desativadas e em outubro de 1992 ocorreu uma das grandes rebeliões no Complexo do Tatuapé, em processo de superlotação, deixando 62 pessoas feridas. O governo de Antonio Fleury Filho atribuiu o fracasso do trabalho de reciclagem de funcionários e técnicos ao advento da rebelião na unidade superlotada.

A reforma proposta para a FEBEM-SP acabou sendo abortada, uma vez que a reciclagem de funcionários e técnicos não ocorreu. A construção de unidades modulares acabou reproduzindo a matriz da FEBEM-SP. (...) O perfil das unidades modulares continuou sendo o espelhamento das prisões de adultos. (Lazzari, 1999, p. 61).

A gestão do PMDB de 1987 a 1994 não apresentou mudanças significativas na administração das infrações cometidas por jovens no estado de São Paulo. A desarticulação entre os programas, capacitação profissional falha e insistência em modelos punitivos e aprisionadores recebeu as mesmas críticas que as plataformas de Antonio Flery Filho e Orestes Quércia apresentaram inicialmente.

Em 1995, Mário Covas, do PSDB, assumiu o governo do estado de São Paulo, e a Secretaria da Assitência e Desenvolvimento Social, empossada pela secretária Marta Teresa Godinho, ficou responsável pela administração da FEBEM-SP.

A política de atendimento a jovens infratores na gestão de Mário Covas foi caracterizada por tentativas frustradas de terceirização da administração de unidades da FEBEM-SP e pela intensificação das medidas de internação^[37].

O ano de 1999 marcou o início de um período de crises na Fundação assinalado por uma cronologia de sucessivas rebeliões e derramamento de sangue que chamaram a atenção dos jornais e alarmaram a população e a sociedade civil.

Nos dias 11 e 12 de setembro ocorreu uma grande rebelião no Complexo Imigrantes que culminou em uma fuga recorde de 664 jovens, o equivalente a 45% do total de garotos encarcerados no local.

Em 13 de setembro o recém empossado presidente da FEBEM-SP, Guido Andrade, anunciou a criação de uma “brigada anti-rebelião”, formada por

^[37] Conselho Regional de Psicologia.

http://www.crpsp.org.br/crp//midia/jornal_crp/119/frames/fr_sociedade.aspx (consultado em 07 de janeiro de 2010).

funcionários da instituição e membros de forças policiais^[38]. O Estado declarava guerra aberta contra os jovens, e as preconizações do Estatuto da Criança e do Adolescente foram rapidamente deixadas de lado. O governo do estado não hesitou em contrariar as determinações legislativas na tentativa de contenção dos jovens rebelados frente às condições às quais foram submetidos pelo próprio Estado.

As revoltas, no entanto, prosseguiram e em 14 de setembro 37 internos fugiram do Complexo do Tatuapé. Três dias depois, 3 jovens armados com estiletes renderam o coordenador da unidade de Franco da Rocha e outros 11 garotos fugiram de uma unidade do Tatuapé. Tratava-se da sexta fuga de meninos da Fundação em um período de sete dias^[39].

Em 27 de setembro o governador Mário Covas mandou a tropa de choque da Polícia Militar para dentro das unidades da FEBEM^[40].

Entre 23 e 25 de outubro, jovens rebelados mataram 4 adolescentes, um deles decapitado e outros dois carbonizados, feriram 48, destruíram 3 prédios e mantiveram pessoas reféns por 18 horas em uma das mais expressivas rebeliões da história da FEBEM, no Complexo Imigrantes. Três dias depois, Guido Andrade pediu demissão^[41].

No início de novembro de 1999 os jovens da Imigrantes foram transferidos para os Cadeiões de Pinheiros e de Santo André, e para o Centro de Observação Criminológica do Carandiru (COC), contrariando o artigo 123 do ECA, que determina que as internações devem ser cumpridas em “entidade exclusiva para adolescentes”.

Em janeiro de 2000 a construção da unidade da FEBEM de Franco da Rocha era iniciada com capacidade para 960 internos^[42]. A meta da descentralização estava muito distante de ser posta em prática.

A década de 2000 inicia com incessantes fugas e rebeliões nas unidades de Ribeirão Preto, Franco da Rocha, Raposo Tavares, Parelheiros, Campinas, Tatuapé, Itaim Paulista, entre outras, deixando milhares de pessoas feridas e um número incerto de mortos.

[38] Idem.

[39] Observatório de Segurança Pública. <http://www.observatoriodeseguranca.org/imprensa/febem> (consultado em 11 de janeiro de 2010).

[40] Idem.

[41] Idem.

[42] Idem.

No dia 6 de março de 2001 o governador Mário Covas faleceu, sendo substituído pelo vice Geraldo Alckmin, também do PSDB. Com a permanência da situação calamitosa nas unidades da Fundação, organizações internacionais voltaram seus olhares para a questão no estado de São Paulo.

A administração de Geraldo Alckmin foi acusada de fortalecer os aspectos prisionais da FEBEM-SP, levando agentes penitenciários para a instituição e expandindo os contingentes policiais^[43].

Somente em 2003 foram registradas mais de 100 rebeliões e fugas nas unidades da Fundação, entre elas as que mais chamaram atenção ocorreram nas unidades de Franco da Rocha e Tatuapé. Em 2005 foram mais de 1.100 fugas, 40 rebeliões e 7 mortes^[44].

Em razão dos anos de descumprimento das premissas do ECA pelo governo do estado de São Paulo, em novembro de 2005 a Corte Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA) aceitou as denúncias feitas por diversas entidades e determinou que o governo brasileiro tomasse medidas imediatas para garantir a proteção dos jovens internados no Complexo do Tatuapé. Caso as medidas não fossem cumpridas, o país poderia sofrer sanções econômicas e políticas^[45].

A partir de pressão externa, e diante da possibilidade de figurar no banco dos réus de uma corte internacional, o governo do estado iniciou o processo de descentralização anunciado mais de 10 anos antes.

O governo do estado de São Paulo iniciou então um processo de construção de 57 unidades modulares menores com capacidade para até 40 jovens e o desenvolvimento de novos modelos arquitetônicos. A Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor mudava de nome para Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente (Fundação CASA).

Diante da crise sistêmica da FEBEM-SP, e da falta de controle que a Fundação gerou ao Estado, era necessário rever as estratégias de dominação e exclusão de garotos e garotas considerados infratores e transformados em *delinquentes*, reformando os modelos institucionais em um esforço de

^[43] Brasil de Fato. http://www.brasildefato.com.br/v01/agencia/analise/news_item.2006-03-14.1951147107/view?searchterm=Ariel (consultado em 11 de janeiro de 2010).

^[44] Idem.

^[45] Idem.

manutenção e perpetuação da lógica punitiva. A política de aprisionamento e normalização de jovens no Estado de São Paulo entrava em uma nova era.

FUNDAÇÃO CASA: ARTICULAÇÕES DE UMA SOCIEDADE DE CONTROLE

A Fundação CASA apresentou mudanças baseadas na reforma do atendimento aos jovens autores de atos infracionais favorecendo o estabelecimento de unidades menores, investindo em cursos de capacitação profissional e promovendo algumas atividades culturais e esportivas para os internos, além de construir unidades específicas de atendimento a meninos e meninas em medida de semiliberdade^[46].

A crise acentuada da FEBEM-SP enquanto instituição disciplinar ultrapassada e ineficaz no trabalho de docilização de jovens encarcerados exigiu essas reformulações, concebendo novos modelos de aprisionamento e utilização de corpos juvenis.

Gilles Deleuze (1992) aponta em suas pesquisas para um movimento de transição das organizações sociais e políticas e as suas respectivas aparelhagens de exercícios de poder. As instituições disciplinares assinaladas por Foucault, que articularam os instrumentos de dominação e assujeitamento desde o século XVIII até o XX, se mostram hoje fragilizadas e insuficientes no esforço de supressão de resistências, tais como as violentas rebeliões dos jovens internos da FEBEM-SP durante as décadas de 1990 e 2000.

Encontramo-nos numa crise generalizada de todos os meios de confinamento, prisão, hospital, fábrica, escola, família. A família é um 'interior' em crise como qualquer outro interior, escolar, profissional, etc. Os ministros competentes não param de anunciar reformas supostamente necessárias. Reformar a escola, reformar a indústria, o hospital, o exército, a prisão; mas todos sabem que essas instituições estão condenadas num prazo mais ou menos longo. Trata-se apenas de gerir sua agonia e ocupar as pessoas, até a instalação de novas forças que se anunciam. São as sociedades de controle que estão substituindo as sociedades disciplinares. (Deleuze, 1992, p. 220).

As novas políticas punitivas sinalizam, dessa forma, a passagem da sociedade disciplinar, representada pela FEBEM-SP, para a sociedade de

^[46] O Artigo 112, Parágrafo V, do ECA, prevê que o adolescente seja mantido na instituição, com a possibilidade de atividades externas periodicamente.

controle, por meio da Fundação CASA, com suas práticas de monitoramento em meio aberto, atividades apaziguadoras nas unidades de internação, descentralização do atendimento e compartilhamento de gestões.

As medidas em meio aberto possibilitam uma maior abrangência de aplicação de punições e a ampliação do poder do Estado de controlar jovens que apresentam desvios de condutas de acordo com a lógica binária do normal e anormal, regular e irregular (Souza, 2006, p. 116).

Os movimentos de descentralização e municipalização do atendimento, assim como as gestões compartilhadas com Organizações Não-Governamentais promovem a terceirização da administração política de jovens em conflito com a lei, potencializando as práticas de privação de liberdades e os efeitos de normalização de condutas baseados nos governos da vida.

ESPAÇOS ELETRÔNICOS INSTITUCIONAIS

Foucault alerta para o fato de que a produção de verdades por meio de discursos específicos relativos a temáticas específicas não deve ser tomada apenas como construção discursiva teórica daquilo que geralmente não é posto em prática. Os enunciados proferidos por aqueles encarregados de construí-los produzem efeitos de poder de maneira concreta e efetiva, transformando os discursos em verdades estabelecidas. A prática discursiva se torna, dessa forma, prática efetiva de exercício de poder.

“Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua ‘política geral’ da verdade: isto é, os tipos de discursos que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro”. (Foucault, apud Lazzari, 1999, p. 71).

A página eletrônica da Fundação CASA organiza um conjunto de enunciados apresentados por meio de notícias e informativos compondo uma realidade integrada e articulada com as ONGs e entidades ligadas à clientela alvo e garantidora dos direitos dos jovens em medidas de internação ou semiliberdade.

Acompanhei a página de setembro de 2009 a fevereiro de 2010. A seguir, procuro expor um detalhamento do conteúdo ali encontrado, a fim de iniciar uma compreensão da utilização dos meios eletrônicos no processo de exclusão e monitoramento dos

jovens atendidos pela instituição e a construção de discursos de poder que se esforçam por compor verdades frente à sociedade civil.

O site apresenta diversos problemas de formatação, com textos sobrepostos na página inicial e vazamentos nas bordas prejudicando ou até impossibilitando a leitura do conteúdo.

O corpo da página inicial apresenta os seguintes ítems: **Destaque; Chamadas; Mais Notícias; Outros Destaques; Para Leitura**. Neles são apresentadas notícias e informativos institucionais de cunho publicitário que enfatizam o caráter “educativo” da Fundação.

Ao clicar no link **Mais Notícias**, o visitante da página é direcionado à lista completa de notícias divulgadas desde dezembro de 2005, quando a instituição ainda se chamava Fundação do Bem-Estar do Menor (FEBEM). São notícias institucionais, relacionadas a atividades culturais ou esportivas, concursos, atividades profissionalizantes, eventos, visitas, passeios, parcerias, inaugurações, entre outras. Notícias relacionadas a problemas enfrentados, seja pela instituição, seja pelos jovens atendidos, não são divulgadas em nenhum campo do site.

Na barra superior da página inicial estão dispostos em ícones os demais campos do site: **Quem Somos; Legislação; Unidades; Parcerias; Trabalhe Conosco; Notícias; Pesquisa; Fale Conosco; Quesito Cor; EFCP**.

No ícone **Quem Somos**, a página apresenta os sub-ícones: **Perfil do Presidente; Galeria dos Presidentes; Missão, Visão e Valores**. (<http://www.casa.sp.gov.br/site/paginas.php?sess=1>, consultado em outubro de 2009).

Em **Missão, Visão e Valores** é ressaltada a necessidade de “eficiência, eficácia e efetividade” das medidas, a intenção de “tornar-se referência no atendimento ao adolescente autor de ato infracional, pautando-se na humanização, personalização e descentralização na execução das medidas socioeducativas, na uniformidade, controle e avaliação das ações...”. Os valores destacados aqui são: “Justiça, Ética e Respeito ao Ser Humano”^[47].

A incongruência dos métodos ditos educativos baseados na “uniformidade” investindo em uma suposta “personalização” chama atenção para um discurso contraditório que aponta para a mentalidade hipócrita dos defensores das medidas corretivas de controle e cerceamento de liberdades.

^[47] Fundação CASA. <http://www.casa.sp.gov.br/site/paginas.php?sess=1&sessID=63> (consultado em 20 de outubro de 2009).

O ícone **Parcerias** contém um elogio à participação da sociedade civil na administração das unidades e reafirma a “abertura” da Fundação para a recepção de colaboradores. Há, aqui, o telefone, e-mail e endereço do setor de parcerias da instituição, numa convocação à participação social característica das organizações na sociedade de controle assinalada por Gilles Deleuze, na qual o exercício do poder é operacionalizado em fluxos dispersos e as possibilidades de resistências são suprimidas.

Ainda segundo essa lógica, o ícone **Trabalhe Conosco** disponibiliza os links **concursos** e **estágios** para os pretendentes a trabalhar na Fundação.

O ícone **Quesito Cor** apresenta um comitê institucional, vinculado ao gabinete da presidência da Fundação CASA, criado em novembro de 2006. O órgão se propõe a discutir questões relativas à “diversidade étnico-racial” e sugerir, “políticas de atendimento a adolescentes em medida socioeducativa.

O Quesito Cor organizou em setembro de 2008 o Fórum Digital “Dundun” procurando abordar temas étnico-raciais na aplicação de medidas de correção a meninos e meninas considerados infratores através de meios eletrônicos. Trata-se de um espaço direcionado aos colaboradores da Fundação e membros da sociedade civil, inacessível à grande maioria dos jovens internos.

Apresentando-se como um novo canal de comunicação “ágil, prático e democrático”, o espaço virtual pretende “somar idéias, socializar conteúdos, promover debates e divulgar agendas”^[48].

O Fórum, tem como moderadores globais Ítalo e Francisca, e disponibiliza os seguintes tópicos: **Quem Somos; Objetivos do Dundun; Projetos; Eventos; Documentos do Comitê; Pesquisas; Textos de Referência; Produções; Debates; Agenda; Sugestões; Links; Galeria de Fotos;Fale Conosco.**

Acompanhei o Fórum “Dundun” de outubro de 2009 a fevereiro de 2010. Nesse período foram detectados milhares de spams de sites pornográficos e farmacêuticos de diversas partes do mundo. Os spams são anúncios postados automaticamente através de

^[48] Fórum Digital Dundun.
<http://200.144.28.50/Forum/viewtopic.php?f=9&t=22&sid=3655dbbfbbb0c898ada4c0ec5b6c2e9a>
(consultado em 17 de outubro de 2009).

softwares de divulgação digital mecânica de links publicitários. Os sites de conteúdo pornográfico e farmacêutico divulgados no Fórum Digital “Dundun”, possuem ferramentas eletrônicas de postagem de anúncios que divulgam as suas páginas em espaços eletrônicos abandonados ou mal administrados.

O fórum, periodicamente, passa por um processo de limpeza, no qual os links de caráter viral são apagados. No entanto, os anúncios voltam a ser divulgados de maneira massiva e lá permanecem por meses, caracterizando um projeto desastroso e mal gerido pelos moderadores globais e a Fundação CASA.

Como se pode constatar o Fórum Dundun, apresentado como uma ferramenta inovadora e democrática de comunicação e discussão, não foi além de mais um projeto falho em estado de abandono.

O JOVEM REVOLTADO

“Sem dúvida, o homem não se resume à insurreição. Mas a história atual, por suas contestações, obriga-nos a dizer que a revolta é uma das dimensões essenciais do homem” (Camus, 2008, p.34).

Albert Camus realiza uma reflexão vital a respeito da revolta, do ato de revoltar-se, do indivíduo revoltado, suas implicações e significados. Investiga a insurreição como questão individual e coletiva, pessoal e solidária, no processo de afirmação de si, de seus direitos, e do reconhecimento e solidariedade com aqueles que se encontram em situação semelhante.

Trata a revolta como um movimento de negação e afirmação simultâneas. “Que é um homem revoltado? Um homem que diz não. Mas se ele recusa, não renuncia: é também um homem que diz sim, desde o seu primeiro movimento” (Idem, p.25). Diz

não frente às condições que lhe são impostas. E diz sim diante do que ele mesmo é e se reconhece.

“A revolta nasce do espetáculo da desrazão diante de uma condição injusta e incompreensível. [...] Sua preocupação é transformar. Mas transformar é agir...”⁹ (Camus, A. 2008, p.21).

Nas crianças e nos jovens, a revolta carrega as implicações apontadas por Camus. As rebeldias da infância e da juventude, no entanto, possuem um vigor redimensionado associado à necessidade de experimentação e resistência original frente às introyecções de regras de conduta e normas sociais apresentadas pelo universo do adulto.

A marginalidade infanto-juvenil nas grandes cidades brasileiras acarreta na violência indiscriminada e autoritária sobre meninos e meninas pobres ou miseráveis, sendo frequentes as notícias de maus tratos, espancamentos, torturas e abusos sexuais praticados contra menores de 18 anos. Estas crianças e jovens muitas vezes constroem percursos de vida ditos anti-sociais confrontando-se àquilo que lhes foi imposto. Algumas se sujeitam às disciplinas das fábricas, das oficinas, dos estabelecimentos comerciais, dos serviços degradantes. Escolhem o caminho da pobreza produtiva e obediente. Outras, no entanto, habitam as ruas da cidade, ignorando normas sociais ou legislativas, criando possibilidades de existência que transcendem os locais aos quais foram reservados pela sociedade e pelo Estado (a favela, o presídio a instituição de atendimento “socioeducativo”) e aproveitando situações que outros não aproveitam.

No levantamento de notícias realizado durante este trabalho, um garoto chamou especial atenção devido à quantidade de ocorrências que o levavam a departamentos policiais. Não sendo permitida a identificação de menores de 18 anos, os jornais e revistas o designaram como F.

Aos 13 anos de idade F. já havia sido detido pela polícia doze vezes. Entre as ocorrências, constam em sua ficha criminal condução de veículos sem habilitação, furto de veículos, desacato a autoridade e atentado ao pudor.

Em 17 de agosto de 2008, quando ainda tinha apenas 11 anos, ele foi fichado por desacato à autoridade e atentado ao pudor, constando nos registros que ele teria abaixado a calça e mostrado os órgãos genitais (não há confirmação de para quem)^[49].

^[49] Folha de São Paulo. <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2410200809.htm> (consultado em 4 de novembro de 2009).

No dia 21 de agosto o garoto foi encontrado dirigindo um carro que furtou para “voltar para casa”, como justificou^[50]. Esta já era a sexta vez em que era capturado pela Polícia Militar. Quatro dias depois foi encontrado dirigindo outro veículo furtado. Como não tinha completado 12 anos de idade, o garoto não podia ser levado à Fundação CASA, como determina o ECA, sendo colocado em um abrigo^[51].

“Por trás das ocorrências, a história de um garoto precoce, que se naga a viver nas condições em que vive”, comentou o jornal Estado de São Paulo. “É um menino vaidoso, que gosta de coisa boa”^[52], afirmou seu pai.

Em 23 de outubro de 2008 F. era detido pela oitava vez, após furtar um carro na zona sul de São Paulo. Os policiais fizeram sinal para que parasse, mas ele não obedeceu e acelerou, colidindo instantes depois, o veículo em um poste.

“Quando ele estava descontraído, parecia uma criança. Quando era chamado para conversar, demonstrava um maturidade bem acima do esperado para a idade. Tinha uma postura questionadora”, disse Piccoli, coordenador do abrigo em que F. viveu por determinação da justiça^[53].

No dia 15 de dezembro, outro veículo furtado, acompanhado de três garotos de 14, 16 e 17 anos. Como já havia completado doze anos, foi encaminhado para a Fundação CASA algemado, o que contraria as prerrogativas do ECA. A Promotoria da Infância e Juventude determinou que ficaria em Liberdade Assistida^[54].

Na madrugada de 3 de janeiro de 2009, pela décima vez em pouco mais de um ano, F. foi encontrado, perseguido e capturado dirigindo um carro furtado. O Ministério Público intimou o garoto a depor à Promotoria da Infância e Juventude de São Paulo. Ele, no entanto, não compareceu ao depoimento^[55]. Em 5 de maio de 2009 foi detido tentando furtar mais um carro. Em 22 de outubro do mesmo ano, já com 13 anos, foi encontrado conduzindo o veículo do pai sem habilitação, na sua décima segunda apreensão^[56].

^[50] Estado de São Paulo. http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20081217/not_imp295014,0.php (consultado em 4 de novembro de 2009).

^[51] Idem.

^[52] Idem.

^[53] Idem.

^[54] Estado de São Paulo. <http://www.estadao.com.br/noticias/geral,menor-de-12-anos-nao-comparece-a-depoimento,303067,0.htm> (consultado em 5 de novembro de 2009).

^[55] Estado de São Paulo. <http://www.estadao.com.br/noticias/geral,menor-de-12-anos-nao-comparece-a-depoimento,303067,0.htm> (consultado em 5 de novembro).

^[56] Folha de São Paulo. <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2310200926.htm> (consultado em 4 de novembro de 2009).

Insubordinável, desobediente e transgressor, F. demonstra comportamentos inconformistas frente à falta de recursos de sua família que vive com renda medíocre em um bairro pobre da periferia de São Paulo.

Não permite, no entanto, que suas condições de desfavorecimento determinem seu estilo de vida, atravessando leis e ordens diante de supostas impossibilidades econômicas ou sociais. Não se trata de uma defesa, mas de um rompimento com o que é estabelecido. Parece, dessa forma, deter uma grande capacidade de invenção e escape, sem se deixar normalizar e homogeneizar por polícias, instituições, juízes ou promotorias. Ao mesmo tempo expressa irresistível atração diante dos bens de consumo.

Durante o período pesquisado, F. não se mostrou violento ou agressivo, mas espontaneamente rebelde e de difícil captura. Sua permanência em instituições disciplinares não foi maior do que alguns dias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A investigação de construções subjetivas deve se atentar às manifestações singulares de resistência que não atendem modelos ou paradigmas, constituindo “linhas de fuga” (Deleuze, 1992) de difícil captura e assujeitamento.

Guatarri propõe que, em vez de considerarmos alguns fenômenos marginais [...] como respostas coletivas improvisadas, como mecanismos de autodefesa a uma carência, creditando sua existência apenas ao fato de que as instituições ainda não responderam a esta problemática – deveríamos estudá-los como uma experimentação social na marra, que indica novas modalidades de organização da subjetividade coletiva. (VICENTIN, 2005, p.217)

As manifestações juvenis sugerem, dessa forma, novas possibilidades de constituição de subjetividades coletivas ou individuais.

Trata-se assim, de individualidades dinâmicas que buscam novos caminhos contraculturais ou até mesmo anticulturais que abririam brechas permitindo a destruição de pressupostos modelados socialmente.

Cabe a nós observar as manifestações subjetivas individuais ou coletivas, que escapam as formas homogeneizantes de conduta.

A invenção de estilos de vida éticos e estéticos recupera o que Nietzsche concebia como as execuções artísticas da vontade de potência, compondo novas possibilidades de vida

A análise do sujeito, atravessado constantemente por relações de poder, exige um estudo de sua genealogia e a investigação de suas composições. O resgate do problema da individualidade e sua condição no panorama político e social em constante movimento carrega significados únicos a respeito da própria noção de política.

Procurei tratar aqui dos fluxos e exercícios de poder que percorrem a existência de cada jovem, internado ou não, concebido como infrator.

A transposição das linhas de força, a ultrapassagem do poder na sociedade de controle opera, nas últimas obras de Michel Foucault através de um processo de subjetivação. Trata-se da produção de novos modos de existência que articulam “regras facultativas” (Deleuze, G. 1992) na invenção de estilos de vida, concebendo a vida como uma obra de arte.

REFERÊNCIAS

- CAMUS, Albert. *O Homem Revoltado*. Tradução de Valerie Rumjanek. Rio de Janeiro, Editora Record, 2008.
- DELEUZE, Gilles. *Conversações*, Tradução de Peter Pál Pelbart. São Paulo, Editora 34, 1992.
- FOUCAULT, Michel. *Corage y Verdad*
_____. *Microfísica do Poder*, Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
_____. *Vigiar e Punir*, Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis, Vozes, 1997.
- LAZZARI, Márcia Cristina. “Panacéia Burocrática: Uma Secretaria de Governo para Crianças e Adolescentes no Estado de São Paulo”. Dissertação de mestrado PUC-SP, 1998.

PASSETTI, Edson. *O que é menor*, São Paulo, 1985.

VICENTIN, Maria Cristina Gonçalves. *A Vida em Rebelião*, São Paulo, Hucitec: Fapesp, 2005.

SANTOS, Thiago Souza. “Liberdade assistida: uma tolerância intolerável” in *Verve* 9. São Paulo, Nu-Sol, 2006, pp115-128.

Brasil de Fato. <http://www.brasildefato.com.br>. Acessado em fevereiro de 2010

Conselho Regional de Psicologia SP. <http://www.crpsp.org.br>

Estado de São Paulo. <http://www.estadao.com.br>. Acessado de agosto de 2009 a fevereiro de 2010.

Fórum Digital Dundun.

<http://200.144.28.50/Forum/index.php?sid=3655dbbfbbb0c898ada4c0ec5b6c2e9a>

Fundação CASA. <http://www.casa.sp.gov.br>

Folha de São Paulo. <http://www1.folha.uol.com.br>. Acessado de agosto de 2009 a fevereiro de 2010.

Observatório de Segurança Pública. <http://www.observatoriodeseguranca.org>. Acessado em fevereiro de 2010.

BIOGRAFIA

Sou estudante de graduação em Ciências Sociais na PUC-SP. Atualmente realizo pesquisa em Iniciação Científica, sobre jovens encarcerados e políticas de contenção de revoltas, com orientação do prof. Edson Passetti – singularidade incendiária. Me preocupo com as dimensões estéticas e micropolíticas das relações e concepções humanas.